

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Num tempo de mais precariedade laboral e de mais desigualdades sociais, de múltiplas ameaças aos direitos, de novos riscos públicos, de aumento da corrupção, os cidadãos esperam dos tribunais uma via segura para, em tempo, fazerem valer direitos, individuais ou coletivos. Poderão contar os cidadãos portugueses com os seus tribunais? Se for possível no futuro responder afirmativamente a esta questão, então os tribunais portugueses terão sabido encontrar o seu lugar na nossa democracia.

Conceição Gomes

Troika

O mecanismo de estabilização criado pela União Europeia em maio de 2010, com base no artigo 122 do Tratado de Lisboa, para alegadamente responder às expressões nacionais da crise do euro – as chamadas “crises de dívida soberana” – consistiu numa garantia de créditos repartida por três fontes: o orçamento da União, o Fundo Europeu de Estabilização Financeira e o Fundo Monetário Internacional. A troika é o rosto institucional desta abordagem da crise do euro, que articula a Comissão Europeia com o Banco Central Europeu e com o Fundo Monetário Internacional.

Do ponto de vista substantivo, a troika é o veículo da aplicação na Europa das receitas neoliberais ensaiadas anteriormente na América Latina e em África: privatizações de setores essenciais, corte abrupto da despesa social, flexibilização da legislação laboral e austeridade recessiva. Sublinham-se dois traços nesta orientação. Em primeiro lugar, a insistência em resgates financeiros nacionais, insistindo portanto na tese de que a crise é resultado das políticas económicas nacionais dos Estados e não do sistema de regras que enquadra o euro como moeda única. Em segundo lugar, uma conceção da governação económica europeia baseada numa disciplina centrada no controlo do défice e da dívida pública, articulada com uma lógica intrusiva e penalizadora das opções orçamentais dos Estados-Membros que privilegiem o crescimento económico e a coesão social.

Enquanto veículo daquela conceção de governação económica da UE, a troika é por isso mesmo expressão da rejeição política de um modelo de coordenação económica europeia assente em dois pressupostos substancialmente distintos dos atualmente hegemónicos: por um lado, um orçamento comunitário com dimensão adequada ao financiamento das políticas necessárias à coesão territorial e social em escala comunitária; por outro,

um mandato do Banco Central Europeu centrado sobre o financiamento do crescimento e do emprego e não sobre o controlo da inflação.

José Manuel Pureza

Turismo

Embora as viagens sempre tenham feito parte da história da humanidade, o turismo, como atividade moderna, surgiu apenas com a Revolução Industrial. O desenvolvimento dos transportes e das comunicações, a urbanização e a progressiva separação entre os tempos de trabalho e de não trabalho ampliaram a capacidade de mobilidade dos indivíduos, ao mesmo tempo que libertaram os trabalhadores para o descanso ou atividades de lazer. O turismo passaria, a partir de então, a caminhar a par do capitalismo ocidental, desenvolvendo-se e organizando-se.

Durante o capitalismo organizado do séc. XX, a viagem individual empreendida pelos mais ricos evoluiu para o turismo de massas organizado. As atividades turísticas passaram a ser definidas pelos critérios ocidentais, standardizando-se em pacotes de férias. Na transição para o chamado capitalismo desorganizado, os mercados turísticos segmentaram-se, dando lugar a diferentes tipos de ofertas, diversos tipos de públicos e experiências múltiplas. O turismo passou a ser associado às atividades de viagens e de alojamento em locais fora do ambiente habitual dos viajantes, por um período não superior a um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios, saúde ou outros.

Neste capitalismo recente, que envolve formas de produção não materiais e imagéticas, há uma importância acrescida das componentes simbólicas, elementos que se tornaram essenciais na organização e promoção de destinos turísticos. Do ponto de vista estritamente económico, o turismo é hoje encarado como um potenciador de revitalização, possibilitando que os destinos usem os seus recursos com fins lucrativos. Os modos como as localidades reatualizam as suas imagens e significados e os transformam em instrumentos estratégicos de promoção revelam a centralidade que o turismo adquiriu nas últimas décadas. Cidades, regiões e países esperam encontrar no turismo uma alternativa que lhes permita contornar significativamente as limitadas oportunidades económicas de que dispõem.

Carina Gomes